

O RACISMO E ALGUMAS RELAÇÕES AFETIVAS: UMA ANÁLISE DE PRÁTICAS DISCURSIVAS CONSTITUTIVAS DE IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS

Francisca Ramos-Lopes¹.

RESUMO: O trabalho apresenta uma análise, em fase introdutória, de práticas discursivas que permeiam auto-narrativas elaboradas por professoras de escolas públicas do Rio Grande do Norte. O propósito é desenvolvermos uma pesquisa em torno de marcas identitárias traduzidas nos discursos das docentes, vinculadas ao seu pertencimento étnico-racial. O destaque é para ações discriminatórias que perpassam a vida das colaboradoras em decorrência de relacionamentos conjugais inter-raciais vivenciados. Teoricamente, ancoramos a discussão em aparatos sobre questões raciais, com destaque para as ideias de Guimarães (2004 a 2006) e Munanga (2004).

PALAVRAS-CHAVE: identidades; auto-narrativas; relacionamentos afetivos.

ABSTRACT: This paper presents an introductory analysis of the discourse practices that are presented in autobiographical narratives by female teachers in state schools in Rio Grande do Norte, Brazil. Its purpose is to develop a research work concerning identity elements that are recurring in such teachers' discourse and that are linked to their racial and ethnical belongingness. The paper focuses on some prejudiced actions that teachers have faced as consequences of inter-racial marriage relationship. Theoretically, we have based the analysis on studies about racial issues, among which we point out the ideas of Guimarães (2004/2006) and Munanga's (2004).

KEYWORDS: identity; autobiographical; affective relationship

1. Introdução

Após a abolição da escravatura, os pensadores brasileiros se perceberam com um sério problema que era a inserção do negro em uma sociedade em que os intelectuais e os aristocratas se constituíam de homens e mulheres brancos, ou seja, descendentes de europeus. Até então, o negro havia servido para a mão de obra, para a subalternidade. Pensamento este arraigado na mente das pessoas, o que dificultou a construção de um espaço de igualdade entre brancos e negros.

De acordo com a perspectiva exposta, o homem branco continuava sentindo-se como dominante e tentando, tanto ideologicamente quanto através das ações e dos espaços sociais não oportunizados ao homem negro, inculcar-lhe que era menos capaz intelectualmente. Também pairava entre estudiosos da época, dentre outros, destaca-se o pensamento precursor de Silvio Romero, a ideia de que, para libertar o Brasil da marca da escravidão, o ideal seriam

¹ Mestre em Estudos da Linguagem, UFRN/ Natal, RN. Professora de Linguística da UERN/CAWSL/Assu, RN e Doutoranda em Estudos da Linguagem, UFRN/Natal, RN. Pesquisadora do PRADILE.

os casamentos mistos. Acreditava-se que por meio deles a cor do brasileiro seria totalmente limpa. (MUNANGA, 2004).

Partindo dessa problematização, a pesquisa em pauta objetiva discutir por que mesmo após tantos anos de libertação dos escravos, em pleno séculos XX e XXI, a questão do racismo ainda paira na forma de agir de diversas pessoas o que se estende não só aos relacionamentos sociais, mas também aos relacionamentos afetivos.

Para efetivação desse estudo, analisaremos inicialmente dois depoimentos que tratam da questão do racismo de um modo geral, fatos ocorridos em uma sala de aula e em um hospital público. Nesse caso, as informações são oriundas do jornal Diário de Natal, de março de 2007. Depois, deter-nos-emos no foco do texto que é a análise de seqüências narrativas em que se destacam ações discriminatórias as quais perpassam as relações conjugais inter-raciais.

Os fragmentos analisados são oriundos de histórias de vida de três professoras do ensino fundamental, graduadas em Pedagogia e pós-graduandas de um curso de especialização em Psicopedagogia. A constituição textual, além dos aspectos introdutórios e conclusivos, configura-se mediante três seções, em que, inicialmente, questionamo-nos sobre a visão geral do Brasil como o país da democracia racial. Na seqüência, fazemos um breve relato sobre algumas concepções de raça e racismo, para, subseqüentemente, mostrarmos situações em que são recorrentes, na vida das docentes investigadas, ações discriminatórias raciais baseadas em seus relacionamentos afetivos inter-raciais.

2. O Brasil e a ilusão de uma democracia racial

Mesmo os Estados Unidos sendo considerados, na década de 1960, como a Pátria do racismo, sabe-se que todos os países do mundo, inclusive o Brasil, propagado como o principal lugar onde existe uma convivência harmoniosa entre as raças, tem demonstrado, através das ações dos sujeitos, de que as práticas racistas ainda permanecem no seio da sociedade. Esta é uma discussão óbvia, comprovada por muitos que já foram ou ainda são vistos de forma inferior, por uma classe que se diz superior em detrimento de uma nacionalidade, cor da pele, textura do cabelo etc. Veja-se uma situação de sala de aula, nos anos sessenta, vivenciada por Salomé, hoje com 56 anos, que, ao ser indagada sobre a existência ou não do racismo na atualidade, afirmou:

[...] o racismo continua ainda em nosso País de uma forma assim não aquela forma rígida mas ainda uma forma ainda um pouco flexível/ podemos dizer assim. Porque você/ eu vou citar aqui a parte da minha história: eu tive uma infância marcante em decorrência da minha cor. Eu aos nove anos de idade eu cheguei a ser discriminada por uma professora racista. Ela era alva. Olhos azuis. Cabelos loiros natural. E eu estudava com ela na escola estadual/ que foi em mil novecentos e sessenta quando o governo Aluizio Alves ele criou as escolas nas zonas rurais pelo Estado. Então eu estudando/ ela me deixava em pé todos os dias. Como eu sou negra. Cabelo pixaim e ela me deixava em pé. Um certo dia eu pedi que ela me desse uma cadeira que eu já estava cansada. A escola ficava muito longe da minha casa. E ela foi me xingou. Me chamou de negra. Me botou pra fora da sala de aula e pôs os colegas pra gritar que negra na sala de aula não tinha o direito de estudar. Então eu fui socorrida por um senhor de aproximadamente setenta anos. Ele me levou pra casa.

Cheguei em casa chorando. Minha mãe veio logo muito brava pra cima de mim dizendo que se eu tivesse desobedecido ao professor eu ia apanhar. Ele disse: não. A menina foi vítima de uma canalhice dessa professora. Então contou a história. Meus pais na época/ (...) Pra não criar problema queriam me tirar da escola.

Situações como as vivenciadas por Salomé se configuram em práticas racistas, as quais nos direcionam a perceber como até no Brasil, considerado o berço da “democracia racial”, o racismo sempre esteve e continua presente em todos os lugares de mundo. Talvez, como afirma nossa entrevistada, de uma forma menos rígida, mais flexível, digamos assim, sem tantas agressões físicas ou exclusões declaradas, como foi o caso do *Apartheid* na África do Sul, em pleno século XX.

Discriminações do tipo exposto não se limitam só a fatos ocorridos nos anos 60, nem são específicos de sala de aula. Observe-se que em Natal, RN, no ano de 2007, na recepção de um hospital público, um funcionário foi agredido verbalmente em decorrência de sua cor. Foi destaque em um dos jornais locais (Diário de Natal) a seguinte manchete “Mulher é presa por racismo”:

A funcionária pública Patrícia Ribeiro de Freitas, de 41 anos, do condomínio Serrambi, foi presa em flagrante na noite de terça-feira, na recepção do Hospital Walfredo Gurgel, após ser acusada de chamar um vigilante do hospital de “negro safado”.

Levada por policiais militares para a Delegacia de Plantão da Zona Sul de Natal, ela foi autuada em flagrante por injúria, artigo 141 do Código Penal, com o agravante de ter usado de agressão racista. A pena é de um a três anos de prisão.

No depoimento que prestou na delegacia, o vigilante Antônio Cordeiro Júnior disse ter se sentido humilhado quando Patrícia se referiu a ele com discriminação. Entre outras coisas, ela teria gritado, para todas as pessoas ouvirem, que “negro quando não caga na entrada, caga na saída”, e que ele deveria observar a própria cor e comparar com a dela, pois “ele era negro, enquanto ela era branca”. Patrícia tem cabelos tingidos de loiro. O vigilante chamou dois policiais militares que estavam de serviço e na frente deles a funcionária pública teria dito que era, sim, “racista”, e que se quisessem poderiam ir prestar queixa contra ela, pois trabalhava com gente importante. Os policiais deram voz de prisão, colocaram-na numa viatura e a levaram para a DP.

A delegada Margareth de Moura Godim, da Delegacia Geral de Polícia Civil, disse que o crime de racismo é inafiançável e que Patrícia vai ficar presa aguardando que um juiz analise o caso dela e decida se pode, ou não, ficar em liberdade até a data do julgamento.

Em conversa ontem com jornalistas, Patrícia disse ter chegado desesperada ao hospital, levando uma moça que está passando férias em sua casa, que vomitava sangue, e lá teria sido destrutada pelo vigilante que apontou o dedo em riste contra o rosto dela. Ela admite ter afirmado ser racista, no calor da discussão, mas jura não ter chamado o vigilante de “negro safado”.

As duas situações referidas fazem parte do sofrimento imposto há muitas pessoas por vários séculos, aqui sendo especificados exemplos dos séculos XX e XXI. Ambas retratam a discriminação racial pautada em traços físicos das pessoas. A esse respeito, Santos (1980) descreve que foi no limiar da época moderna que o racismo do povo europeu amadureceu, dando destaque para as características mais notáveis, como a cor da pele. Isto porque, forçados pelas circunstâncias, precisaram organizar gigantescas explorações de açúcar, tabaco, algodão,

minérios nos três continentes: da Ásia, tiravam especiarias; da América, açúcar, algodão, metais preciosos; e, da África, a mão de obra, “gente”.

O povo vindo do continente africano desenvolvia um trabalho pesado, escravizado e não conhecia armas de fogo. Em decorrência de tal desconhecimento, os europeus começaram a espalhar que o homem de cor era incapaz e servil e que o trabalho forçado que desenvolvia na lavoura não o maltratava e sim o civilizava. Surgindo, assim, além do racismo cultural – não gostar de alguém porque não fala determinada língua ou porque não pertence a uma mesma religião –, o racismo biológico, em que as pessoas relacionam a cor da pele à capacidade intelectual, ao caráter, à moral.

3. Afinal, o que é raça e racismo?

No item anterior, abordamos duas conotações de raça: uma cultural e uma biológica. Guimarães (2005), numa leitura realizada em Banton (1994), mostra que, antes do termo raça adquirir qualquer conotação biológica, significou por um longo período “um grupo ou categoria de pessoas conectadas por uma origem comum”. Também acrescenta que, só a partir do século XIX, a palavra raça passou a ser usada no sentido de tipo, designando espécies de seres humanos distintos tanto pelos traços físicos quanto pela capacidade mental.

Na situação vivenciada, Salomé e Antônio, por causa da cor da pele foram desdenhados, inferiorizados. Veja-se nas palavras de Salomé, quando ela repete o discurso da professora:

Me chamou de negra. Me botou pra fora da sala de aula e pôs os colegas pra gritar que negra na sala de aula não tinha o direito de estudar. Então eu fui socorrida por um senhor de aproximadamente setenta anos. Ele me levou pra casa.

O sentido construído é que, na visão daquela docente, Salomé não era considerada igual às outras crianças, “era negra”. Por isso, não tinha o direito ao ensino e à aprendizagem e sua presença em sala de aula caracterizava-se como uma afronta. Parece que a capacidade intelectual de Salomé, em decorrência da cor de sua pele, não podia aparecer. Nesse sentido, a professora enfatiza que negra na sala de aula não tinha o direito de estudar. Percebemos também que a menina ofendida considera a situação tão drástica que diz ter sido “socorrida” por um senhor, que a levou para casa. Talvez a palavra “socorrida” denote que o sofrimento vivenciado foi tão grande, que ela precisou não de uma simples ajuda, talvez um conselho, uma palavra, ela precisou ser “socorrida”, como se estivesse passando mal, ou seja, muito doente.

Fato também constrangedor e que conota conformismo, por isso merece destaque, está no silêncio mantido pelas famílias. Para evitar um confronto com a professora, o pensamento dos pais de Salomé foi de retirá-la da escola. Acreditamos que atitudes em que o silêncio se destaca contribuíram e contribuem para nas práticas sociais muitas situações de racismo e discriminação serem além de silenciadas, omitidas e perpetuadas.

No tocante à situação de Antônio, em pleno século XXI, ao se sentir humilhado pela discriminação sofrida, recorreu à justiça em busca de seus direitos. Guimarães (2005) mostra

algumas leis que tratam do “Crime de preconceito”. Dentre elas, está a Lei 9.459, de 13 de maio de 1997, que reza em seu artigo 1º: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Na prática, referente à discriminação vivenciada por Antônio, o agir da delegada foi condizente com o Código Penal. Observe-se o posicionamento da mesma:

A delegada Margareth de Moura Godim, da Delegacia Geral de Polícia Civil, disse que o crime de racismo é inafiançável e que Patrícia vai ficar presa aguardando que um juiz analise o caso dela e decida se pode, ou não, ficar em liberdade até a data do julgamento.

O sentido construído é o de que o não silêncio de Antônio reflete-se positivamente, pois emerge como uma forma de outras pessoas perceberem seus direitos, entendendo que o sujeito, independentemente de cor, religião, status social, econômico etc., tem direitos e deveres, os quais precisam ser respeitados. Além de ser uma forma de mostrar que a Lei existe e deve-se, de acordo com a agressão, recorrer-se a ela. Práticas como as de Antônio mostram que nem todas as pessoas de cor negra se deixam induzir pelo mito da democracia racial.

Guimarães (2006, p 85), ao refletir sobre essa temática, enfatiza que alguns autores consideram que “o homem do povo, que se classifica como preto ou pardo nos censos, ou como moreno no dia-a-dia, não tem ideologia ou consciência de raça, pois está pautando seu discurso de identidade no mito da democracia racial”.

Esse posicionamento de Guimarães (2006) é revelador de que os negros, mesmo não sendo desconhecedores das discriminações existentes, em detrimento desse mito, têm dificuldades em reconhecer que algumas situações de humilhações e constrangimentos sofridas estão relacionadas ao seu fenótipo.

A esse respeito, nos trabalhos realizados, Guimarães (2006, p 50) adota o seguinte posicionamento:

‘raça’ é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ são efetivamente raciais e não apenas de classe.

É possível inferir que o tipo físico da pessoa, não indica necessariamente a raça da qual o sujeito é oriundo, pois uma pessoa de pele clara pode ter sangue negro em sua família e vice-versa. O elemento “cor”, principalmente no Brasil, tem sido usado como fator determinante da raça negra ou branca. É na perspectiva exposta, que as discriminações de cor são denominadas no Brasil como discriminações raciais ou racismo. O que para Guimarães (2004, p. 17 e 18) pode ser:

(...) doutrina que prega a existência de raças humanas, com diferentes qualidades e habilidades, sobressaindo-se uma hierarquia de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais; um corpo de atitudes, preferências e gostos instruídos pela ideia de raça e superioridade racial, seja, no plano moral, estético, físico ou intelectual; o sistema de desigualdades de oportunidades inscritas na estrutura de uma sociedade, que podem ser verificadas estatisticamente através da estrutura de desigualdades raciais, seja na educação, na saúde pública, na renda familiar, etc.

São muitas as definições de racismo. A legislação brasileira atual considera como racismo: *o preconceito racial*, que é o expresso verbalmente através de ofensas pessoais; *a discriminação racial*, que se configura através do tratamento desigual das pessoas, nos diversos âmbitos da vida social; e a *expressão doutrinária do racismo* ou a incitação pública do preconceito. (GUIMARÃES, 2004, p. 19).

Essas três formas de racismo aparecem explícitas no depoimento de Salomé. Em um primeiro momento, ela não era tratada igual aos outros colegas, pois não podia sentar-se na sala de aula. Temos, assim, um caso de desigualdade, que se configura, segundo a teoria exposta, numa discriminação racial; em outro momento, a professora a “xingou” de negra, acrescentando que, por esse motivo, não tinha o direito de estudar, externando, assim, o preconceito por causa da pigmentação da pele da estudante, além de publicamente instigar as crianças da sala a gritarem que negra na sala de aula não tinha o direito de estudar.

A situação exposta foi vivenciada nos anos 60, no entanto, em pleno séc. XXI, 2007, temos o depoimento de Antônio, que foi vítima tanto de preconceito quanto de discriminação. Veja-se que a agressora duvidou de suas qualidades morais, classificando-o como “negro safado”. Depois, em um ato de discriminação, gritou publicamente: “negro quando não caga na entrada, caga na saída”, e que ele deveria observar a própria cor e comparar com a dela, pois “ele era negro, enquanto ela era branca”.

Ações discriminatórias e preconceituosas, como as evidenciadas, não se limitam somente ao lado social. Em muitos momentos, o racismo também emerge como elemento bloqueador da convivência amorosa entre as pessoas.

4. Amor e racismo: isso é possível?

Para efeitos de ilustração, iniciamos esta seção com fragmentos da história de vida de Antônia, 38 anos, professora, exercendo no momento a função de supervisora, que, ao depor sobre o preconceito racial no Brasil, revela-nos como foi difícil o início de sua vida afetiva em decorrência de sua cor:

Imagine uma pessoa com quinze anos/ dezesseis anos/ uma fase super/ uma fase que você tá apaixonada. Tudo é bonito. Você acha que/ o primeiro não deu certo por causa da sua cor. É/ do seu poder aquisitivo. E o segundo tem tudo pra dar certo. Por quê? Porque o namorado aceita você da cor que você é. Aceita você do jeito/ do mesmo jeito. E o que é que acontece? Aí dessa vez é a família que não aceita né? Você ali apaixonada e você descobrir que a família do seu namorado não aceita você porque você é negra né? Isso é uma coisa assim que/ eu mesmo sofri demais com esse tipo assim de preconceito. E/ assim a gente ainda tentou levar adiante esse namoro mais alguns meses mas não deu certo porque a partir de um certo momento a família começou a influenciar e eu vi que a relação tinha que acabar naquele ponto ali porque eu não ia me deixar mais ser humilhada. Até porque eu não roubava. Eu não matava. Só porque eu tinha uma cor diferente. Tinha uma cor escura. Tinha um cabelo que não era bom (...).

A situação de preconceito vivenciada por Antônia na metade dos anos 80 é um dos exemplos de que, quase cem anos após a abolição da escravatura, os negros continuaram, no

Brasil, sendo vistos por muitas pessoas como subalternos, fato que levava algumas famílias a não admitirem uma convivência igualitária.

Ianni (1966), ao discutir sobre a ideologia racial do branco, preconiza que, em detrimento das condições histórico-sociais em que são formados e do modo como foram integrados socialmente, os negros, algumas vezes, são fadados ao conformismo, como também a se comportar de forma a atender as expectativas dos brancos. Fato revelador de sentido na voz de Antônia, ao dizer que ela e o namorado tentaram levar o namoro adiante, mas, por causa da influência da família, desistiram. Nesse sentido, Huntley, ao prefaciá-lo livro *Tirando Máscaras*, sob a organização de Guimarães & Huntley (2000), afirma:

O racismo e a discriminação, não importa como são caracterizados, constituem violações de direitos humanos. O racismo não é uma questão de relação interpessoal. “ Eu não gosto de negros, mas eu não discrimino” expressa um sentimento que pode não ser correto. Mas o racismo e a discriminação não são apenas hábitos do coração. São questões que estão incorporadas às práticas, as políticas e composições institucionais que levam um grupo de uma raça ou cor a estar em desvantagem e outro a gozar de privilégios.

O sentido preeminente é que a não aceitação da relação afetiva entre Antônia (negra) e seu namorado (branco) é algo bem mais profundo, que ultrapassa o “simples” dizer: “eu não gosto de negros”. É algo que se constitui de muitas práticas cotidianas, as quais se configuram numa forma de desvalorização do outro.

Sabemos que nenhum país do mundo foi isento da mistura de raças. Esse é um fato presente em toda a história da humanidade. Munanga (2004), ao perscrutar sobre esta temática, propaga que sua existência vem dos primórdios, pois, já no Egito Antigo, em decorrência da invasão dos povos asiáticos e grego-romanos, acreditava-se na existência de cruzamentos entre os invasores e a população local.

O autor também acresce que, na Grécia Clássica, segundo pregam os historiadores, por razões políticas, os membros das classes vencidas e vencedoras buscavam a fusão entre os membros das aristocracias dominantes. Para os gregos, o sangue não tinha grande importância e sim o pertencimento a uma dada cultura. O mais importante sempre foi um modo de pensar que tornasse o ser humano completamente livre. Na civilização romana, a miscigenação foi algo tão real, que o conde Joseph Arthur relacionou a queda das civilizações à questão da mestiçagem.

Mesmo assim, o panorama das posições sobre a mestiçagem advindas dos filósofos das luzes era bem divergente. Voltaire considerava anormal a união entre pessoas de raças tão diferentes; Buffon defendia que a mestiçagem era algo natural, pois a terra era constituída de mestiços; Diderot também defendia um pensamento que se aproximava do de Buffon, enquanto Kant acreditava que a mestiçagem era um meio destinado a estragar a raça humana.

No geral, na concepção dos pensadores, intelectuais e dos colonos brancos, os homens de cor se tornavam concorrentes perigosos, por isso a mestiçagem não era considerada uma prática positiva.

No Brasil, com o fim do sistema escravista, surge um grande problema para os pensadores brasileiros: encontrar uma identidade nacional, tendo em vista que o país tinha uma nova categoria de cidadãos – os ex-escravos. Eles precisavam ser inseridos em uma sociedade que sempre os inferiorizou e nunca os considerou como seres humanos. A pluralidade das raças, para a elite da época, era vista como um fato ameaçador para uma nação que se considerava branca.

Nesse ínterim, vários intelectuais da época, dentre eles, Euclides da Cunha, Gilberto Freire, João Batista Lacerda, Oliveira Viana, Silvio Romero etc., mesmo divergindo em seus posicionamentos, debatiam nacionalmente como transformar essa pluralidade de identidades, desde a raça, os valores e a cultura, em uma civilização unificada.

Partindo da perspectiva exposta, emergiu a ideia de miscigenação como algo transitório. Imaginava-se que, em poucos séculos, a população brasileira oriunda das relações entre as raças negra, branca e índia daria ao país um povo com características próprias, ou seja, um povo tipicamente brasileiro, pois presumia-se que durante o processo de miscigenação haveria uma predominância tanto biológica quanto cultural da raça branca, o que levaria ao desaparecimento dos considerados não brancos, surgindo assim outro fator preponderante da intelectualidade da época que era a “ideia do branqueamento”. (MUNANGA, 2004 e HOFBAUER, 2006).

Mesmo a elite cultural não sendo unânime a tal posicionamento, pois havia os que, a exemplo de Euclides da Cunha, consideravam que o mestiço seria sempre um desequilibrado, passou-se, mesmo de forma parcial, em função do regime republicano, a se tolerarem os casamentos inter-raciais.

Podemos considerar que a referida tolerância foi o início de um avanço parcial em relação ao respeito ao ser negro, pois, na época da colonização, nem mesmo o clero, representatividade da igreja, era a favor do sacramento matrimonial entre pessoas de raças diferentes, incluindo-se o povo de pele clara, parecido com os europeus, e os de pele escura, vistos como escravos.

Nessa época, se um nobre casasse com uma mulata seria destituído de seu título de nobreza. As relações entre um branco e uma negra só eram aceitas como uma necessidade física e não como um princípio de igualdade. (MUNANGA, 2004).

No tocante aos relacionamentos entre brancos e negros, apenas pelo contato, talvez físico ou uma atração natural entre as pessoas, parece que foi uma situação que se perpetuou no decorrer de nossa história. Leia-se o depoimento de Antônia, quando falou sobre a experiência vivenciada, em pleno século XX, com seu primeiro namorado:

[...] meu primeiro namorado/ eu com quatorze anos/ eu ia fazer quinze anos/ ele só queria namorar comigo escondida. Só escondida. Só escondida. Aí depois de um certo tempo/ assim uns dois meses/ eu soube porque ele tinha vergonha de mim. Porque eu era negra. Porque eu era pobre. E além de tudo feia. Com o cabelo ruim que nem um pente entrava. Então pra mim foi uma coisa assim muito triste porque o primeiro namorado dizem que ninguém esquece mas felizmente eu esqueci né? E foi uma coisa que me doeu muito. Imagina você gostar de uma pessoa e saber que aquela pessoa também gosta de você/ entre aspas/ porque se gostasse de verdade realmente não tinha esse

preconceito de ficar com você na frente das pessoas por causa de que você tem o cabelo ruim. Porque você é negra. Porque você é pobre.

A entrevistada destaca que seu namorado não a aceitava por causa de seus traços físicos. Com isso, coloca em dúvida se ele gostava realmente dela, pois, em sua visão, se existisse realmente amor, ele não sentiria vergonha, não esconderia o relacionamento e a enxergaria de igual para igual, independentemente da cor e do cabelo.

A esse respeito, com base em trabalhos realizados por Ianni (1966), Munanga (2004, p 100) concluiu que “a rejeição do negro e do mestiço cresce à medida que as manifestações do casamento se aproximam da convivência das pessoas”. Um fato ilustrativo da concepção de que a pessoa de cor serve para uma convivência social amigável, mas não serve para a convivência íntima, familiar, aparece na história de vida de Travessa, quando mostra que durante o namoro sua futura sogra não falava com ela e a futura cunhada a destratava. Leia-se o fragmento seguinte:

(...) foi tanto que ela no início do namoro ela deixou de falar comigo. Ela não falava comigo. E só falou comigo depois do casamento. Foi/ a gente casou assim sem que ninguém soubesse. Eu fui trabalhar e ele também e lá do trabalho a gente saiu lá pro fórum/ casamos e pronto. Quando chegou em casa ela chorou muito. A mãe dele chorou muito. Disse que ele tinha feito ela de cachorra. Agora eu entendi/ quando que ela falou assim né: você me fez de cachorra. Acho que foi realmente porque ele casou comigo né? Insistiu numa coisa que ela não aceitava. Mas depois ela falou comigo e hoje/ a irmã dele também/ a irmã dele me deixava mais baixa do que/ ela até hoje não fala comigo/ a irmã dele. Já faz o quê? Vinte anos de casada. E pra ver: ela é assim da nossa cor.(...). E éramos amigas quando/ quando adolescentes. A amizade acabou depois o namoro com o irmão dela. Só foi por isso. Não brigamos. Pra amiga servia/ mas pra ser cunhada/ um negro não né? Uma negra/ aliás (...)

O caso vivenciado por Travessa direciona-nos a questionar por que sua sogra e cunhada, mesmo sendo negras, não aceitavam a união matrimonial do, respectivamente, filho e irmão com uma mulher de cor. Em depoimento informal, Travessa nos contou que a família dele era muito misturada. Tinha uns branco e outros escuros. Um outro possível sentido é retratado através da voz de Munanga (2004, p. 102):

[...] a política e a ideologia do branqueamento exerceram uma pressão psicológica muito forte sobre os africanos e seus descendentes. Foram, pela coação, forçados a alienar sua identidade, transformando-se, cultural e fisicamente em brancos.

Nessa perspectiva, flui a ideia de que, de forma consciente ou não, a presença de mais um negro(a) entre eles seria uma negação à perspectiva de branquear a família. A esse respeito, Azevedo (1975), *apud* Munanga (2004) enfatiza que nas relações matrimoniais ou na mancebia há uma tendência a predominar as relações entre um homem de pele escura e uma mulher de cor mais clara. Isso tanto contribuiria para o branqueamento da raça como seria mais vantajoso do ponto de vista social.

A ideia elucidada, mesmo na contemporaneidade, ainda recebe muito destaque. Veja-se um comentário tecido, em 2007, pela auxiliar da casa de Travessa:

Meu marido também ele é da mesma cor que eu e ele assim/ a menina que trabalha lá em casa diz assim: que homem negro gostava de galega né? Aí eu

brincando assim com ele eu digo: é verdade De Assis? Tu casasses comigo porque não tinha opção? Ele disse: não. Eu mesmo não gosto de mulher galega não. Meu fraco é mulher negra.

No caso de Travessa, a ideia de que o homem negro só casa com mulher branca não se confirmou, mas veja-se que parece estranho aos olhos da auxiliar da família. No bojo do comentário tecido, está a concepção divulgada por muitos, inclusive expresso nos canais de TV, de que negro, principalmente se for famoso, só casa com mulher branca.

A visão citada parece tão arraigada entre as pessoas de pele escura que algumas tanto têm dificuldades de se assumirem enquanto negros como também de acreditarem que um negro quer se unir matrimonialmente com outro. A esse respeito, Antônia comenta:

Acontece/ a gente vê um branco namorar com uma negra. Viver bem. Mas a gente vê que é raro. Até o próprio negro eu acho que ele que impõe isso sabe? Porque o próprio negro a maioria das vezes/ e a gente vê até assim essas coisas em televisão/ eles nunca procuram pessoas/ quando eu digo assim/ eu digo esses negros que tem um poder aquisitivo mais elevado/ ele nunca namora com um negro. Se a gente observar bem ele tá sempre com uma pessoa da pele mais clara. De uma pessoa com um poder aquisitivo mais elevado. Ele próprio/ a maioria/ ele próprio tem preconceito. Ele próprio. Da sua raça. Da sua cor. Do seu poder aquisitivo. O próprio negro também/ ele é que se impõe/ ele não se faz respeitar. Entendeu?

De forma contraditória ou talvez confusa, pois, numa situação inversa dos sexos, ela mesma, não sendo oficialmente casada, mantém um relacionamento de mais de cinco anos com um homem branco. Antônia, inicialmente, diz que, quando um negro e uma branca se casam, eles raramente vivem bem. Depois, provavelmente, por um desconhecimento formal da ideia do branqueamento, que tem atravessado gerações e gerações, ela atribui esse fato a um preconceito construído pelo próprio negro, acrescentando que esse preconceito se acentua mais nos negros que são famosos e/ou têm um poder aquisitivo elevado.

Nosso intento não é concordar ou discordar com as ideias dessa participante da pesquisa, pois são explícitos muitos casos de ator e jogador que realmente só construíram suas relações matrimoniais com mulheres loiras. Mesmo assim, acrescentamos a essa reflexão outros pontos prováveis: será que essa atitude é realmente uma forma de rejeição à mulher negra ou no meio onde os famosos freqüentam têm pouquíssimas mulheres de pele escura ou, às vezes, nem têm; como também, refletimos que pode ser um interesse natural, uma mistura de atração física, afetividade amorosa, a qual ocorre entre as pessoas independentemente da cor; além disso, pode-se configurar em um desejo de mostrar que, depois de tudo que o negro passou, alguns ascenderam socialmente e podem estar de igual para igual com os brancos, principalmente através de um laço tão forte, como as relações oficializadas socialmente.

Algumas dessas questões podem ser reiteradas por Munanga (2004, p. 105), ao enfatizar que “a ambigüidade da linha de cor/classe social e o embranquecimento constituem mecanismos estratégicos que auxiliaram individualmente na ascensão dos negros e mestiços na sociedade brasileira”.

No caso em foco, baseada em leituras realizadas (IANNI, 1966; MUNANGA, 2004 e HOFBAUFER, 2006), entendemos que, para o negro, independentemente de famoso ou não, esses relacionamentos podem surgir mediados pelas oportunidades, pela atração, amor ou o

próprio desejo de branqueamento, como também podem ser uma forma de acentuar seu poder, acreditando que tem dinheiro, posição social e igualdade com os brancos, pois se casou com uma mulher branca.

Nessa perspectiva, Ribeiro (1995) *apud* Munanga (2004, p. 110) afirma que “os mulatos só progredem à medida que negam sua negritude e tentam participar biológica e socialmente do mundo branco”. Assim sendo, as relações afetivas, matrimônias, se configuram em uma forma peculiar de inserção do negro no mundo dos que se imaginam brancos e, por isso, se consideram superiores, o que trará, para o imaginário do ser negro, uma perspectiva de superioridade.

6. Algumas conclusões

A reflexão vivenciada neste artigo articulou-se em torno de dois eixos: “relações afetivas e racismo”, tendo como categoria de análise auto-narrativas de professoras afrodescendentes que passam pela experiência de relacionamentos conjugais inter-raciais. Para isso, nosso percurso passou por uma reflexão introdutória a respeito do mito da democracia racial, concepções sobre raças e racismo e pontos constituintes da história da miscigenação no Brasil.

Nas ideias gerais observadas, alguns dos sentidos construídos são de que a convivência entre brancos e negros, após a abolição da escravatura, passou por um processo confuso tanto para os intelectuais da época quanto para os aristocratas. Surgindo o questionamento: como inserir sujeitos considerados subalternos e inferiores no seio de uma sociedade elitista dominadora?

Diferenciando-se dos Estados Unidos e da África do Sul, em que a segregação é explícita, os intelectuais brasileiros pensaram em constituir uma nação única, com características próprias. Assim, apareceu a ideia da miscigenação que levaria ao branqueamento.

Nesse ínterim, os casamentos inter-raciais funcionariam como salvação, pois se acreditava que a junção de um negro com um branco daria um mulato e a junção de um mulato com um branco daria uma cor mais clara, o que viria a eliminar a pigmentação escura da raça negra. Como resultado, em poucas décadas, a população brasileira se constituiria de pessoas de pele clara, com traços europeizados.

Consoante ao aludido, Munanga (2004) comenta que o projeto de branqueamento não trouxe os efeitos almejados. Isso porque, além de ter sido abandonado em meados do séc. XX, também houve resistências populares às uniões inter-raciais.

Em função dessas resistências, nem todos os negros teriam a oportunidade de casar-se com brancos para terem filhos mestiços, os quais deveriam se casar também com pessoas de pele mais clara para terem filhos branqueados.

Em adendo, esse autor destaca: “Em síntese, fomos misturados na origem e, hoje, não somos nem pretos, nem brancos, mas sim um povo miscigenado, um povo mestiço. A realidade

é que o Brasil constitui o País mais colorido do mundo, isto é, o mais miscigenado” (MUNANGA, 2004, p. 124)

Especificamente, no concernente aos dados analisados, ficou explícita a dificuldade vivenciada pelos participantes da pesquisa na busca de uma assunção étnico-racial. Os fragmentos destacados mostraram, como forma de resistência, o silêncio, a denúncia pela busca de seus direitos, a desistência de convivência afetiva, objetivando-se, em algumas situações, livrar-se de humilhações, conforme diz Antônia, em sua fala: “mas não deu certo porque a partir de um certo momento a família começou a influenciar e eu vi que a relação tinha que acabar naquele ponto ali porque eu num ia me deixar mais ser humilhada. Até porque eu não roubava. Eu não matava. Só porque eu tinha uma cor diferente. Tinha uma cor escura. Tinha um cabelo que não era bom” (...).

Nossas reflexões, nesta pesquisa, suscitaram outras indagações: o que é ser negro na atualidade? Quem é, em pleno século XXI, o negro brasileiro? Onde eles estão? Quais os espaços éticos e sociais conquistados? Qual a aceitação da população europeizada? Quando e onde as facetas do racismo – preconceito e discriminação – estão presentes e são mais marcantes? Será que aceitar um negro no convívio social é algo natural, mas, nas relações oficiais, familiares, existe alguma resistência? O negro tem clareza da ideologia do branqueamento e contribui conscientemente para ela, procurando de fato uma pessoa de pele mais clara para as uniões conjugais ou isso é um mito? O que na atualidade ainda torna desigual a luta entre negros e brancos? De qual forma a linguagem influencia na problemática vivenciada pelo ser negro? Quem sabe não encontraremos respostas para algumas das indagações emergentes, as quais nos fazem pensar sobre as relações afetivas heterocrômicas² no Brasil.

7. Referências bibliográficas

AZEVEDO, Thales de. **Democracia racial**: ideologia e realidade. Petrópolis, Vozes, 1975.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito e discriminação**: queixas de ofensas e tratamento desigual de negros no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo. Ed. 34, 2004.

_____. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo. Ed. 34, 2005.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo. Ed. 34, 2006.

GUIMARÃES, Antônio S. A. & HUNTLEY, Lyan. (Org.). **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOFBAUER, Andréas. **Uma história do branqueamento ou negro em questão**. São Paulo: UNESP, 2006.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

MOUTINHO, Laura. **Razão, cor e desejo.** Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais no Brasil. São Paulo: UNESP, 2004.

MUNANGA, Kabelengue. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

² Peter Fry faz uso dessa expressão, sem esquecer de atribuir a sua autoria ao antropólogo baiano Thales de Azevedo. Cf. MOUTINHO, Laura. *Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais no Brasil e na África do Sul.* São Paulo: Unesp, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo.** São Paulo: Brasiliense, 1980.